



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 – Número 442 - 19/01 a 23/01/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

Qualificação profissional ganha espaço na negociação coletiva

Ministério do Trabalho e Emprego - 23/01/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou, nesta sexta-feira (23), o Boletim Boas Práticas em Negociações Coletivas, com foco na qualificação profissional, reunindo exemplos de cláusulas que ampliam o acesso dos trabalhadores a oportunidades de formação e desenvolvimento. A publicação apresenta 20 boas práticas negociadas em acordos e convenções coletivas registradas no Sistema Mediador do MTE em 2024, em diferentes setores e regiões do país.

A qualificação profissional é um fator estratégico tanto para o desenvolvimento do trabalhador quanto para o aumento da produtividade e da eficiência das empresas. No entanto, a legislação trabalhista brasileira ainda possui poucas disposições que estimulem diretamente a promoção da qualificação, o que torna a negociação coletiva um instrumento essencial para assegurar garantias que favoreçam o acesso a cursos, treinamentos e atividades formativas.

Segundo o boletim, cerca de 12% das negociações coletivas registradas em 2024 incluíram cláusulas relacionadas à qualificação profissional. A maioria prevê o compromisso do empregador em promover ou apoiar a capacitação dos empregados. As cláusulas também tratam de temas como a inclusão do tempo de qualificação na jornada de trabalho, a liberação remunerada para participação em cursos, seminários e congressos, o custeio total ou parcial das despesas, além de medidas voltadas à requalificação profissional diante de inovações tecnológicas, automação e uso de novas ferramentas, como a inteligência artificial.



RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Em 2025, julgamentos de temas de repercussão geral tiveram impacto em mais de 220 mil processos em todo o país.](#)

Supremo Tribunal Federal - 21/01/2026

Em 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o mérito de 51 recursos com repercussão geral reconhecida, resultando na liberação de, pelo menos, 220.257 mil processos que estavam suspensos em outras instâncias aguardando a resolução das matérias. De acordo com a sistemática da repercussão geral, para serem julgados pelo STF, os recursos extraordinários devem ter relevância do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, e a controvérsia deve ultrapassar os interesses das partes envolvidas. A análise inicial desse requisito é feita no Plenário Virtual.

[Congresso internacional vai debater as relações de trabalho na sociedade contemporânea](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/01/2026

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) vai sediar, de 2 a 4 de março, o congresso “Diálogos Internacionais: Relações de Trabalho na Sociedade Contemporânea”, que reunirá especialistas do Brasil e do mundo para debater os principais desafios das relações de trabalho neste século. O congresso será no Plenário Arnaldo Süsskind, do TST, em Brasília. As inscrições já estão abertas e são exclusivas para participação presencial.

[Dispensa na volta das férias é permitida por lei?](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/01/2026

A legislação trabalhista não assegura estabilidade no emprego após o período de descanso. O que a lei proíbe é a dispensa durante as férias, já que o contrato de trabalho fica



RADAR TRABALHISTA

suspensos no tempo correspondente.

[Empresa energética não pode exigir prova de aptidão física de candidato a leiturista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/01/2026

Por unanimidade, a Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso da Companhia Energética do Piauí (Cepisa, atual Equatorial Energia), de Teresina (PI), contra decisão que anulou a desclassificação de um candidato em concurso para leiturista no teste de aptidão física. Mesmo constando em edital, a obrigação é inconstitucional, segundo o colegiado.

[Auxiliar de estoque demitido por postar vídeos irônicos sobre empresa tem justa causa revertida](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/01/2026

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a invalidade da dispensa por justa causa de um auxiliar de estoque da Pharma Log Produtos Farmacêuticos Ltda., de Sapucaia do Sul (RS), que publicou no TikTok vídeos gravados dentro da empresa, com comentários irônicos sobre colegas e o ambiente de trabalho. Para o colegiado, mudar a conclusão de que as postagens não foram graves o bastante para justificar a penalidade máxima exigiria novo exame das provas do processo, o que não é permitido nessa fase recursal. Dessa maneira, a empresa terá que pagar ao empregado as verbas inerentes à dispensa sem justa causa.

[Janeiro Branco: dependente químico dispensado por petroleira após licença médica receberá indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/01/2026

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão que reconheceu como discriminatória a dispensa de um operador de produção offshore da Chevron Bra-



RADAR TRABALHISTA

sil Upstream Frade Ltda., que atua na exploração de petróleo e gás. O empregado, que estava em tratamento contra dependência química, foi desligado sem justa causa logo após um período de internação médica.



RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Previdência Social faz 103 anos: R\\$ 1,1 trilhão na economia e proteção para 118 milhões de brasileiros](#)

Ministério da Previdência Social - 23/01/2026

A Previdência Social completa 103 anos neste sábado (24) consolidada como o maior motor de desenvolvimento social e econômico do Brasil. Criada em 1923, a instituição chega a 2026 amparando 118,47 milhões de brasileiros e injetando, anualmente, R\$ 1,149 trilhão na economia nacional. A abrangência do sistema garante dignidade a quem construiu o país: 82% da população idosa (60+) está protegida. Esse impacto é ainda mais decisivo no campo, onde a Previdência Social cumpre um papel social insubstituível: na área rural, a cobertura 60+ é de 90,3%.



RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Conselho Gestor do Fundo Estadual de Recomposição de Danos Trabalhistas avalia três novos projetos](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/01/2026

Os membros do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Recomposição de Danos Trabalhistas (FERDT) participaram, nesta quinta-feira (22), de mais uma reunião ordinária, para avaliar projetos que poderão receber recursos de multas e indenizações trabalhistas de caráter coletivo. A reunião, realizada na sede do Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE), foi conduzida pelo presidente do Conselho Gestor, o secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo (Seteem), Jorge Teles, com as presenças do procurador-chefe do MPT-SE, Márcio Amazonas e do procurador do Trabalho Ricardo Carneiro.

[MPT-SE lança Campanha contra o Trabalho Escravo 2026](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/01/2026

“Quando a esmola é grande, tem que desconfiar”. É com esse alerta que o Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE), em parceria com o Instituto Social Ágatha, lança a campanha contra o Trabalho Escravo 2026. De 28 de janeiro até o mês de fevereiro, debates e ações de conscientização vão alertar a sociedade sergipana sobre essa prática criminosa de exploração. “Ao longo do ano passado, fizemos várias forças-tarefas com a Auditoria-Fiscal do Trabalho e Polícia Federal.

[Mutirão da Aprendizagem Profissional oferece 2.415 vagas de aprendizes em Maceió, Rio Largo e Marechal](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/01/2026



RADAR TRABALHISTA

O Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT/AL), a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas (SRTE/AL), a Secretaria de Estado da Cidadania e da Pessoa com Deficiência de Alagoas (SECDEF/AL), a Federação das Associações Pestalozzi de Alagoas (FePestalozzi/AL) e o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Alagoas (Fetipat/AL) realizam, no dia 4 de fevereiro, o Mutirão da Aprendizagem Profissional. Na ocasião, serão oferecidas 2.415 vagas de aprendizes para adolescentes, jovens e pessoas com deficiência de Maceió, Rio Largo e Marechal Deodoro. O evento terá entrada gratuita, das 8h às 17h, no Centro de Convenções Ruth Cardoso, no bairro do Jaraguá, com a presença de centenas de empresas e entidades formadoras.



RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Juíza condena loja por não socorrer empregada que sofreu aborto](#)

Consultor Jurídico - 25/01/2026

A negligência do empregador em prestar socorro a gestante em situação de emergência médica no ambiente laboral viola a dignidade humana e gera dano moral. Com base neste entendimento, a juíza Renata Líbia Martinelli Silva Souza, da 79ª Vara do Trabalho de São Paulo, condenou uma rede de varejo a pagar R\$ 30 mil de indenização a uma vendedora que sofreu um aborto espontâneo na loja.

[Trabalhador que usava alojamentos precários em rodovia será indenizado](#)

Consultor Jurídico - 24/01/2026

A 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR) manteve a condenação de uma empresa do ramo de engenharia de telecomunicações em Manaus ao pagamento de R\$ 40 mil por danos morais, em razão da submissão do trabalhador a condições degradantes de trabalho, em alojamentos precários e sem condições mínimas de higiene e conforto necessários. A decisão foi unânime.

[TRT-3 condena Vale a pagar R\\$ 500 mil e pensão vitalícia a mulher de trabalhador morto em Brumadinho](#)

Consultor Jurídico - 24/01/2026

A 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região confirmou a decisão da 2ª Vara do Trabalho de Betim que condenou a Vale a pagar pensão mensal e indenização de R\$ 500 mil à mulher de um empregado morto aos 32 anos no desastre de Brumadinho. O colegiado reconheceu dano moral por ricochete.



RADAR TRABALHISTA

Suspensão de contrato durante crise da Covid-19 afasta recolhimento de FGTS

Consultor Jurídico - 23/01/2026

A suspensão temporária do contrato de trabalho durante a pandemia da Covid-19 afasta a obrigação de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no período em que não houve pagamento de salários. Com esse entendimento, a 7ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) manteve decisão que reconheceu a validade da suspensão contratual e do acordo individual que reduziu o intervalo intrajornada de empregada doméstica para 30 minutos, conforme previsão legal.

E-mail difamatório contra ex-empregada gera condenação de empresa

Consultor Jurídico - 22/01/2026

A 18ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) manteve o reconhecimento de conduta ilícita de associação que administra uma creche e a condenação ao pagamento de indenização por danos morais em razão do envio de e-mail com conteúdo difamatório contra uma ex-empregada. No e-mail, constava que a autora da ação teria afirmado, em outro processo judicial, que “não tem condições de ouvir crianças ou estar dentro de um Centro de Educação Infantil”. No entanto, conforme constatado nos autos, tal declaração não consta da ação mencionada.

Impactos sociais e jurídicos da demissão em massa

Consultor Jurídico - 21/01/2026

A demissão em massa constitui medida extrema, com repercussões negativas que extrapolam a relação individual de trabalho, atingindo empregados, empregador e a própria sociedade. Seus efeitos podem ser profundos e duradouros. Para a empresa, destacam-se os elevados custos financeiros imediatos. Soma-se a isso o impacto reputacional, sobretudo se o processo não é conduzido com transparência, planejamento e efetiva negociação sindical.



RADAR TRABALHISTA

[Gravar vídeo ameaçando mulher com celular do trabalho gera justa causa](#)

Consultor Jurídico - 21/01/2026

O juiz Igor José Cansanção Pereira, da 6ª Vara do Trabalho de Manaus, rejeitou o pedido de reversão de justa causa ajuizado por um vigilante e o condenou por litigância de má-fé. Ele foi dispensado porque gravou um vídeo, com o celular do trabalho, ameaçando sua cônjuge com uma arma de fogo. A empresa considerou a atitude incompatível com as normas de segurança da profissão. Na ação, o ex-empregado alegou que a dispensa foi uma punição desproporcional e pediu para ser indenizado.

[Não se lava roupa suja em praça pública: ofensa à imagem do empregador é justa causa](#)

Consultor Jurídico - 21/01/2026

A exposição pública da empresa por seu próprio empregado, quando ofensiva, não constitui mero desabafo, tampouco exercício neutro de liberdade de expressão, mas comportamento juridicamente disfuncional à lógica do contrato de trabalho. Problemas internos se resolvem dentro de casa, porque o contrato não autoriza que o trabalhador converta a arena pública em extensão do conflito privado, transferindo à opinião alheia aquilo que deveria ser tratado pelos meios próprios.

[Decretação de confissão ficta exige intimação pessoal da parte, decide TRT-15](#)

Consultor Jurídico - 20/01/2026

A 2ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) declarou a nulidade de uma sentença ao reconhecer o cerceamento do direito de defesa decorrente da ausência de intimação pessoal da trabalhadora para audiência de instrução, que havia sido redesignada. No ato, havia sido declarada a confissão ficta da reclamante por faltar à audiência.



RADAR TRABALHISTA

[Recusa de atestado com nome social configura transfobia, diz juiz](#)

Consultor Jurídico - 20/01/2026

A recusa em aceitar atestado médico com o nome social de empregada transexual, assim como o não fornecimento de crachá respeitando a identidade da trabalhadora, configura discriminação e enseja reparação por danos morais. O entendimento é do juiz Rodrigo Rocha Gomes de Loiola, do 2º Núcleo de Justiça 4.0 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista), que determinou também a reintegração da autora ao emprego por entender que houve transfobia na sua demissão. Para o colegiado, a empresa não comprovou os motivos legítimos para justificar a ruptura.

[TRT-4 registra taxa de 76% de eficiência em mediações coletivas](#)

Consultor Jurídico - 19/01/2026

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) fez, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, 251 mediações coletivas, no âmbito de 149 procedimentos instaurados. Em 76,5% dos casos, as sessões terminaram em acordo. As negociações beneficiaram mais de 179 mil trabalhadores. As sessões ocorreram ao longo de todo o ano, incluindo no período de recesso do Judiciário.

[Prova emprestada no processo do trabalho: o real alcance do Tema 140 do TST](#)

Consultor Jurídico - 19/01/2026

A partir de uma sentença proferida nos autos do processo nº 0001000-38.2023.5.23.0107, o Tribunal Superior do Trabalho, ao julgar o Tema nº 140, fixou tese vinculante a respeito da utilização da prova pericial emprestada no processo do trabalho, especialmente nas demandas envolvendo adicional de insalubridade ou periculosidade. Firmou-se a ideia de que é válida a utilização da prova emprestada independentemente



RADAR TRABALHISTA

da concordância da parte contrária, desde que presentes identidade fática relevante entre os processos e observância do contraditório, não gerando nulidade processual a rejeição do pedido de nova perícia quando atendidos esses requisitos.

[TRT-6 aplica justa causa a funcionário que guardava maconha em alojamento](#)

Migalhas - 22/01/2026

A 3^a turma do TRT da 6^a região restaurou a justa causa aplicada a técnico de segurança do trabalho flagrado com droga em alojamento ligado à obra em Fernando de Noronha/PE. O colegiado entendeu que o uso de substância que altera os sentidos em ambiente de trabalho de alto risco rompe a confiança exigida para a função exercida. O caso envolve técnico de segurança do trabalho que atuava em obra vinculada a contrato com a Polícia Federal, na ilha de Fernando de Noronha/PE.

[INSS deve conceder salário-maternidade a pai após morte da mãe em parto](#)

Migalhas - 20/01/2026

INSS deverá conceder o benefício de salário-maternidade a um pai em razão do falecimento da mãe da criança, após o pedido ter sido negado na via administrativa. A decisão foi proferida pela juíza Federal Catarina Volkart Pinto, da 26^a vara de Porto Alegre/RS, que reconheceu que a limitação de prazo para o requerimento violou os princípios da isonomia e do melhor interesse da criança.

[TRT-3 reconhece justa causa de motorista embriagado em serviço](#)

Migalhas - 19/01/2026

A 4^a turma do TRT da 3^a região manteve a dispensa por justa causa aplicada a motorista, ao concluir que houve falta grave relacionada à embriaguez em serviço. Com a decisão, o colegiado reformou a sentença de 1º grau e afastou o pagamento de verbas rescisórias



RADAR TRABALHISTA

decorrentes da reversão da penalidade.

Lazer corporativo ganha espaço no debate sobre saúde mental no trabalho

Revista Proteção - 21/01/2026

O avanço dos debates sobre saúde mental no ambiente de trabalho tem evidenciado desafios que vão além da produtividade. Cansaço crônico, enfraquecimento das relações profissionais, queda de engajamento e aumento da sensação de solidão estão entre os problemas mais recorrentes entre adultos economicamente ativos. Nesse cenário, o lazer corporativo surge como uma abordagem que propõe repensar o papel do lazer e do brincar na vida adulta. A proposta é tratar essas experiências não como entretenimento pontual, mas como ferramentas de prevenção ao estresse, ao burnout e ao adoecimento psicossocial.

SESI-RN oferece formação de Brigada de Emergência Psicossocial nas indústrias potiguaras

Revista Proteção - 21/01/2026

O SESI-RN (Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Norte) inicia a implantação do projeto Brigada de Emergência Psicossocial nas indústrias potiguaras, com foco na promoção do bem-estar emocional no ambiente de trabalho. A iniciativa tem como objetivo capacitar trabalhadores para oferecer acolhimento inicial, humanizado e não invasivo a colegas em situações de crise emocional nos ambientes de trabalho.

Pesquisa demonstra mais saúde mental em trabalhadores da indústria se comparados ao comércio e serviços

Revista Proteção - 21/01/2026

O senso comum diz que o ambiente de fábrica é o mais desgastante para o trabalhador e exige mais de sua saúde mental. No entanto, um levantamento inédito realizado pela



RADAR TRABALHISTA

Aventus Saúde Ocupacional com 245 empresas da Região Metropolitana de Campinas acaba de inverter essa lógica. O estudo revela que a Indústria apresenta melhores índices de saúde mental em todos os indicadores analisados, superando escritórios, hospitalais e o comércio.

[Ministério da Saúde habilita novo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador no RS](#)

Revista Proteção - 20/01/2026

O Ministério da Saúde habilitou, em dezembro de 2025, 11 novos Centros de Referência de Saúde do Trabalhador (CERESTs). O país agora conta com uma rede de 239 unidades espalhadas por todos os estados e o Distrito Federal. O Rio Grande do Sul habilitou um novo centro de atendimento ao trabalhador em Esteio. As habilitações foram oficializadas por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) e as unidades vão receber, em parcela única, o incentivo de R\$ 100 mil para a implantação dos serviços.

[Novas diretrizes da União Europeia defendem Europa sem amianto](#)

Revista Proteção - 20/01/2026

A Comissão Europeia introduziu novas medidas para proteger os trabalhadores dessa substância cancerígena. Diretrizes atualizadas e uma lista revisada de doenças ocupacionais visam reduzir a exposição ao amianto e reduzir os riscos de câncer. As orientações oferecem aconselhamento claro e estruturado, desenvolvido com a parceria da EU-OSHA.

[A importância dos mosquetões de segurança no trabalho em altura](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 20/01/2026

Nos trabalhos em altura, um dos equipamentos essenciais são os mosquetões de segurança. Apesar de simples, eles são componentes fundamentais que podem salvar vidas



RADAR TRABALHISTA

em caso de uma queda. O mosquetão de segurança é um dispositivo metálico que possui um sistema de abertura e fechamento que permite conectar diferentes elementos de um sistema de proteção contra quedas. Sua principal função é fazer a conexão a um ponto de ancoragem seguro, seja uma corda ou uma estrutura fixa.



RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

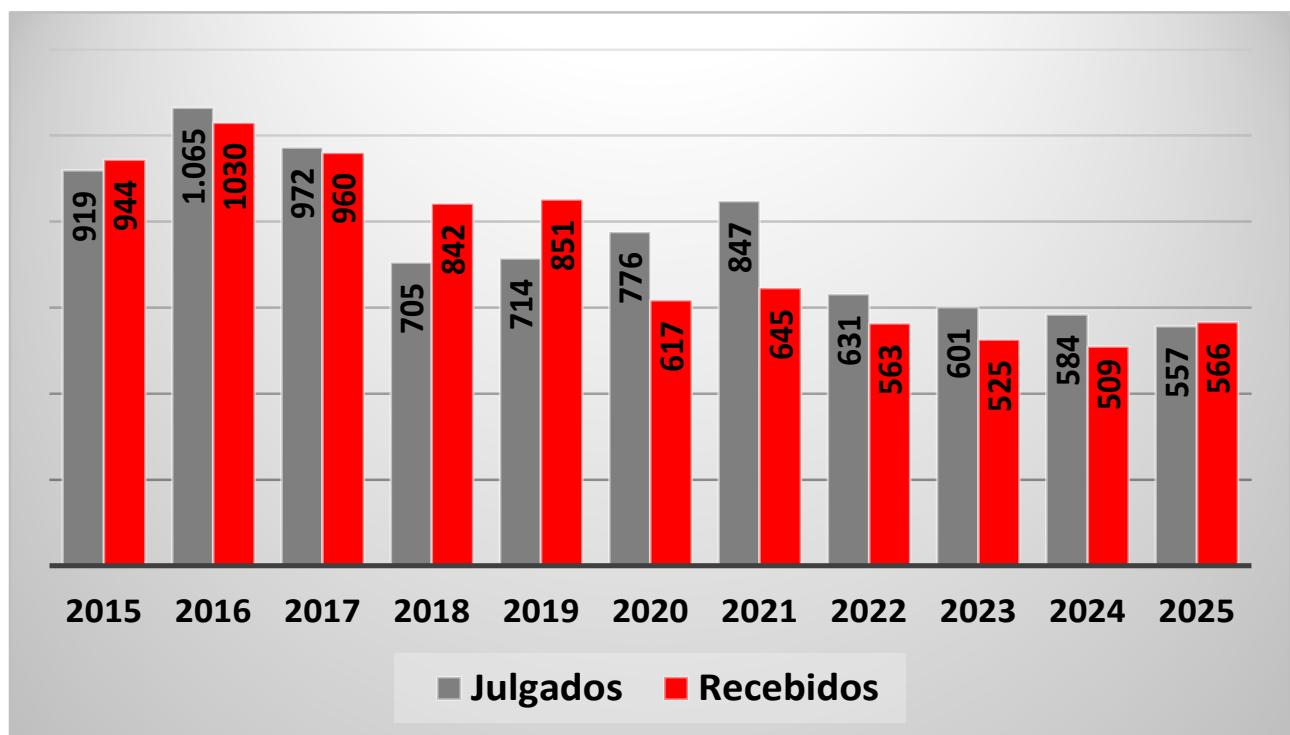
[RESOLUÇÃO CCFGTS N° 1.145, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025](#) (DOU de 21/01/2026 Seção I Pág. 122) - Aprova a alocação de recursos à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego, para o exercício de 2026, a título de remuneração da fiscalização do FGTS;

[RESOLUÇÃO CCFGTS N° 1.146, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025](#) (DOU de 21/01/2026 Seção I Pág. 124) - Define as metas para o exercício de 2026 dos indicadores de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito do Planejamento Estratégico do FGTS”, aprovado pela Resolução CCFGTS nº 948/2019.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de Dissídios Coletivos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho (TRTs e TST) no período de 2015 a 2025 (novembro/25):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST



RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelon
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico